

**As ideias de Rui Barbosa para a Educação Profissional no Brasil (1879 – 1909): entre o industrial, o popular e a nação**

**Rui Barbosa's ideas for Professional Education in Brazil (1879 – 1909): between the industrial, the popular and the nation**

**Las ideas de Rui Barbosa para la Educación Profesional en Brasil (1879 – 1909): entre lo industrial, lo popular y la nación**

Recebido: 05/09/2020 | Revisado: 13/09/2020 | Aceito: 16/09/2020 | Publicado: 18/09/2020

**Juan Carlo da Cruz Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3727-389X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [juan.cruz@ifrn.edu.br](mailto:juan.cruz@ifrn.edu.br)

**Nara Lidiana Silva Dias Carlos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5359-7208>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [naralid@yahoo.com.br](mailto:naralid@yahoo.com.br)

**Olivia Moraes de Medeiros Neta**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [olivianeta@gmail.com](mailto:olivianeta@gmail.com)

## **Resumo**

Rui Barbosa (1849–1923) foi um polímata e político brasileiro com influência e difusão de ideias entre o final século XIX e início do XX. No campo da educação, entre 1881 e 1886, produziu escritos que demonstram avanço das discussões educacionais no país e no mundo. O presente artigo visa analisar as ideias deste intelectual para a Educação Profissional. Baseados em Certeau e Sirinelli, realizamos as análises do seu lugar de fala, sua rede de sociabilidade e seu engajamento. Trabalhamos a partir das noções de representação, prática, apropriação e circulação de ideias de Chartier e entendemos que a produção barbosiana resulta das práticas do autor a partir de suas apropriações das ideias educacionais em seu tempo. Constituem-se como fontes os Pareceres-Projetos de Reforma da Instrução Pública de Rui Barbosa, o discurso “O Desenho e a Arte Industrial” e a obra de Norman Calkins traduzida pelo

intelectual, “Primeiras Lições de Coisas”. Destacamos que Barbosa, e seus escritos, contribuiu para a consolidação da ideia de uma educação profissional sistematicamente regulada pelo Estado em vista do seu desenvolvimento econômico e social, bem como a amplitude de influência das ideias em circulação internacional nas obras de Rui Barbosa. A estruturação de seus pensamentos sobre filosofia e política da educação profissional e metodologia de ensino que se firma especialmente, na disciplina escolar Desenho, foram apropriadas pelo Estado ao tomar iniciativas de Educação Profissional na República nascente.

**Palavras-chave:** Desenho; Educação profissional; Ensino; Intelectual; Rui Barbosa.

### **Abstract**

Rui Barbosa (1849–1923) was a Brazilian polymath and politician with influence and diffusion of ideas between the late 19th and early 20th centuries. In the field of education, between 1881 and 1886, he produced writings that demonstrate the advancement of educational discussions in the country and in the world. This article aims to analyze the ideas of this intellectual for Professional Education. Based on Certeau and Sirinelli we carry out the analysis of your place of speech, your network of sociability and your engagement. We work from Chartier's notions of representation, practice, appropriation and circulation of ideas and understand that the Barbosian production results from the author's practices from his appropriations of educational ideas in his time. Rui Barbosa's Public Education Reform Projects-Opinions, the “Design and Industrial Art” discourse and the work of Norman Calkins translated by the intellectual, “First Lessons of Things”, constitute the sources. We emphasize that Barbosa, and his writings, contributed to the consolidation of the idea of professional education systematically regulated by the State in view of its economic and social development, as well as the breadth of influence of ideas in international circulation in Rui Barbosa's works. The structuring of his thoughts on philosophy and politics of professional education and teaching methodology that is especially firm in the school discipline Drawing, were appropriated by the State when taking Professional Education initiatives in the nascent Republic.

**Keywords:** Drawing; Professional education; Teaching; Intellectual; Rui Barbosa.

### **Resumen**

Rui Barbosa (1849-1923) fue un erudito y político brasileño con influencia y difusión de ideas entre finales del siglo XIX y principios del XX. En el campo de la educación, entre 1881 y 1886, produjo escritos que demuestran el avance de las discusiones educativas en el país y en

el mundo. Este artículo tiene como objetivo analizar las ideas de este intelectual para la Educación Profesional. En base a Certeau y Sirinelli realizamos el análisis de su lugar de discurso, su red de sociabilidad y su compromiso. Trabajamos desde las nociones de representación, práctica, apropiación y circulación de ideas de Chartier y entendemos que la producción barbosiana resulta de las prácticas del autor basadas en sus apropiaciones de las ideas educativas de su tiempo. Los Proyectos-Opiniones de Reforma de la Educación Pública de Rui Barbosa, el discurso “Diseño y Arte Industrial” y la obra de Norman Calkins traducida por el intelectual, “Primeras Lecciones de las Cosas”, constituyen las fuentes. Destacamos que Barbosa, y sus escritos, contribuyeron a la consolidación de la idea de la formación profesional sistemáticamente regulada por el Estado en vista de su desarrollo económico y social, así como la amplitud de influencia de las ideas en circulación internacional en la obra de Rui Barbosa. La estructuración de sus pensamientos sobre la filosofía y la política de la formación profesional y la metodología de la enseñanza que es especialmente firme en la disciplina escolar Dibujo, fueron apropiadas por el Estado al tomar iniciativas de Educación Profesional en la naciente República.

**Palabras clave:** Dibujo; Educación profesional; Enseñanza; Intelectual; Rui Barbosa.

## 1. Introdução

No presente trabalho buscamos contribuir para o campo da Educação Profissional, campo de produção de conhecimento que acreditamos precisar da compreensão da história e da política educacional para avançar e consolidar sua produção científica. Com efeito, os trabalhos na esfera da Educação Profissional possuem temáticas bem variadas, tendo as obras de cunho historiográfico uma parcela ainda relativamente pequena dentre tais temas. Em Medeiros Neta (2016) temos a partir de um levantamento sobre Educação Profissional, no Portal da Capes até 2014 apenas 2,27% dos trabalhos têm a temática da História da Educação Profissional.

Destarte, esta pesquisa está inserida na interface da abordagem teórica dos campos historiográficos da História Cultural e da História dos Intelectuais. Entendemos que o mundo é dado a ler como representação através das práticas. Tais práticas se estabelecem diante das apropriações, enquanto usos e interpretações, das leituras das representações do mundo inscritas nas próprias práticas que as produzem. Entendemos que a produção barbosiana analisada é resultado das práticas desenvolvidas pelo autor a partir de suas apropriações das representações vigentes e circulantes em seu contexto histórico. Essa mesma produção torna-

se instrumento para que um determinado tipo de representação se torne predominante e com maior circulação que as demais. Nesse ciclo surgem os conceitos basilares da História Cultural: representações, circulação das ideias, práticas e apropriações.

Junto aos conceitos da História Cultural, os conceitos da História dos Intelectuais, como lugar de fala<sup>1</sup> e rede de sociabilidade<sup>2</sup> fundamentam o nosso trabalho. De fato, compreendemos que para analisar a obra barbosiana exige-se o entendimento de que ela é produção de um intelectual em sua rede de sociabilidade. Para tanto, utilizamos a obra de Sirinelli (2003) e consideramos uma noção socialmente ampla do conceito de intelectual, mas com uma atuação específica enquanto sujeito político no processo histórico, isto é, um sujeito cultural engajado em uma luta política e com uma função social. Esse sujeito, ainda segundo a compreensão de Sirinelli (2003), estabelece relações interpessoais com outros intelectuais que possuem uma mesma sensibilidade ideológica ou cultural e, portanto, estão, em maior ou menor grau, engajados na mesma luta política. Além disso, tais relações instauram-se também diante da vontade de conviverem em um mesmo ambiente ou relacionarem-se de modo contínuo; assim se formam as redes de sociabilidade que precisam ser postas em relevo para melhor compreensão das origens e circulação das ideias. Na historiografia da Educação Brasileira não são incomuns trabalhos de intelectuais que buscam escrever sobre o processo histórico em que atuaram como agentes políticos, como no caso de Celso Suchow da Fonseca analisado por Silva e Medeiros Neta (2019a), ou a partir de sua ótica engajada enquanto membros das elites intelectuais, como no caso de Manoel Dantas analisado por Moraes (2018) e Nestor do Santos Lima conforme nos apresentam Vieira, Costa e Medeiros Neta (2018).

Bobbio (1997) explica que para se estudar intelectuais é necessário reconhecer quer seja sociologicamente ou historicamente, indivíduos que se sentem integrantes de uma elite cultural que detém qualidades e poderes específicos. Outro aspecto importante trazido por este estudioso é o fato de uma das funções essenciais do intelectual ser a escrita, segundo ele:

---

<sup>1</sup> “Entendemos que a produção do historiador se realiza por meio de uma operação e que ‘encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar [...], procedimentos de análise [...] e a produção de um texto’ (Certeau, 1982, p. 66). Tal lugar é compreendido como lugar social, onde a pesquisa histórica se articula com a produção socioeconômica, política e cultural.” (Silva & Medeiros Neta, 2019a, p. 5).

<sup>2</sup> Segundo Correa (2017, p. 275), “as relações de simpatia e amizade, assim como rivalidades e ressentimentos que aproximam ou distanciam os membros pertencentes a um grupo de indivíduos. [...] Essa ‘arqueologia’ das estruturas de sociabilidade dos grupos intelectuais permite ao pesquisador desvendar as afetividades, as fidelidades e tensões, as tomadas de posições ideológicas e político-partidárias, as polêmicas e rupturas, as especulações e boatos em torno da vida pessoal e profissional dos homens de letras, os círculos de intelectuais em torno de uma figura de proeminência, o envolvimento em organizações estudantis, além da própria percepção que a sociedade de uma dada época faz dos intelectuais de seu tempo”.

“[...] uma das funções, principais dos intelectuais, se não a principal, é a de escrever” (Bobbio, 1997, p. 67). Essa escrita pode ser sobre si e sobre o outro.

Rui Barbosa é autor de uma vasta e diversificada obra literária<sup>3</sup>. Nesta pesquisa alguns desses escritos serão analisados, como documentos e trabalhos sobre as Escolas de Aprendizagem e Artífices. No que concerne ao Brasil, segundo Vieira (2015, p. 6), a elite intelectual constituída no final do século XIX “adquiriu prestígio social e poder político, decorrentes das suas posições como homens oriundos de famílias ricas e tradicionais”.

Também dialogamos com o domínio da História das Disciplinas Escolares e a compreensão de Chervel (1990) de que os conteúdos de uma disciplina são impostos à escola pela sociedade em sua cultura, mas que a própria instituição os reconfigura, daí sendo importante analisarmos enquanto categorias: a gênese, a função e a funcionalidade da disciplina. Com efeito, compreendendo que “a escola não é um espaço de reprodução de saberes ou de adaptação de conhecimentos em vista de serem vulgarizados para melhor compreensão” (Silva & Medeiros Neta, 2019b, p. 106) temos que a gênese da disciplina e a função para qual a mesma foi constituída nem sempre se realiza enquanto finalidade da mesma. Assim,

é preciso compreender que existem finalidades mais sutis na existência de uma disciplina escolar e que até mesmo as ‘finalidades de objetivo’ apontadas em documentos oficiais nem sempre são as ‘finalidades reais’ da disciplina em sua existência na Instituição Escolar. Sendo assim, não somente a ‘letra morta’ dos documentos alicerçam nossa análise, mas também as características dos sujeitos, as discussões e todo o contexto sociocultural (Silva & Medeiros Neta, 2019b, p. 106).

A razão deste diálogo se dá pela relação entre Rui Barbosa e o Desenho que, em vista da chamada Educação Industrial, aparece na obra do autor com um destaque dentre suas principais ideias. Essa relação se manifesta em inúmeros escritos e discursos de Barbosa.

A disciplina escolar Desenho figura como parte da formação do Ensino Primário da educação brasileira desde 1879, com a reforma de Leôncio de Carvalho, para a qual o legislador Rui Barbosa é escolhido em vista de emitir um parecer. Ao buscarmos

---

<sup>3</sup> Dentre as obras de Rui Barbosa, podemos citar: Castro Alves: Elogio do Poeta pelos Escravos (1881); Finanças e Políticas da República: Discursos e Escritos (1893); Os Atos Inconstitucionais do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal (1893); Cartas de Inglaterra (1896); Posse dos Direitos Pessoais (1900); O Código Civil Brasileiro (1904), dentre tantas outras publicações do citado intelectual, o discurso escrito para os formandos da Faculdade de Direito do largo São Francisco, nominado: “Oração aos Moços” (1920). Para saber mais sobre vida e obra de Rui Barbosa ler: SILVA, L. de A. (2009) *O Discurso Modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)*. (Dissertação de Mestrado). Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

compreender o papel desta disciplina para o ensino profissional em documentos educacionais do final do século XIX e início do século XX no Brasil, nos deparamos com o “*Parecer da Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública*” de Rui Barbosa, em que vemos uma defesa enfática do papel do Desenho para o ensino de ofícios em vista do desenvolvimento da nação. A partir de então, no âmbito da educação profissional, tal disciplina, que não aparecia nas primeiras tentativas do Estado de constituir uma proposta para o Brasil, surge com o Decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices<sup>4</sup> (EEA) no governo de Nilo Peçanha, em 1909.

No interstício de três décadas, inúmeros debates originados em grande parte da difusão das ideias de Rui Barbosa em união com outros debates educacionais e legislativos, vão consolidando a representação construída por Barbosa sobre a importância do Desenho para a profissionalização da população e levam a sua consolidação com a lei-decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices.

O período do recorte temporal é determinado pela publicação da Reforma Leôncio de Carvalho que levou Barbosa à elaboração de seus pareceres, nos quais ele compila suas ideias sobre educação em geral e em particular sobre a educação profissional. Terminamos com a publicação da lei de criação das Escolas de Aprendizes e Artífices pois observamos nessa lei a consolidação da ideia de uma educação profissional sistematicamente regulada pelo Estado em vista do seu desenvolvimento econômico e social, bandeira enfatizada por Rui Barbosa, bem como com a estruturação de seus pensamentos sobre a filosofia e a política da educação profissional, além da metodologia de ensino que se firma na educação como um todo, especialmente na disciplina escolar Desenho.

A partir de uma análise de documentos e trabalhos sobre as Escolas de Aprendizes e Artífices e tomando como foco a disciplina Desenho, percebemos que as ideias de Rui Barbosa, em particular sobre o Desenho, foram apropriadas pelas Escolas de Aprendizes Artífices por meio de força da lei e das ações de gestão que premiavam os bons trabalhos de desenho e de ofício, reforçando a relevância do Desenho para a formação de artífices. Nossos resultados também apontam indícios da influência das ideias em circulação internacional nas obras de Rui Barbosa e, a partir dele na educação profissional brasileira.

---

<sup>4</sup> No Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que cria as Escolas de Aprendizes Artífices, é estabelecido que tais instituições ofereçam o curso de Desenho para “o exercício satisfatório do ofício” (Decreto nº 7.566, 1909a) a ser aprendido pelos futuros artífices. Baseados em Chervel (1990) e Julia (2002) entendemos que o termo curso de Desenho que consta na legislação se constitui na linguagem atual em uma disciplina escolar Desenho.

## 2. Metodologia

No decorrer deste trabalho utilizamos o método histórico como descrito em Rüsen (2015), constituído dos procedimentos de heurística, crítica e interpretação. A partir do autor, entendemos que

o método histórico é a suma de todas as regras que determinam o pensamento histórico enquanto processo de pesquisa. Pesquisa guiada por regras que confere ao conhecimento histórico justamente aquela capacidade de fundamentar que o caracteriza como ciência (Rüsen, 2015, p. 170).

Assim “o método histórico é a regulação desse processo cognitivo, que torna seus procedimentos cognitivos (ou etapas reflexivas) particulares (distinguíveis artificialmente uns dos outros) reconstituíveis, controláveis e, com isso, criticáveis.” (Rüsen, 2015, p. 171). Ainda refletindo sobre sua proposta, o próprio autor aponta algumas limitações de sua explicação acerca do método histórico.

Ficam postas de lado, intencionalmente, etapas de reflexão na apreensão e na interpretação da experiência histórica, em contexto comunicativo com outros processos da constituição histórica de sentido, que seguem critérios diferentes. Isso pode parecer uma deficiência, mas representa, ao final, uma vantagem, pois isolar artificialmente os procedimentos cognitivos permite colocar em evidência a regulação metódica do pensamento histórico que define o caráter disciplinar da ciência da história. (Rüsen, 2015, p. 172).

Estabelecemos, na etapa heurística, como pergunta histórica que nos guia no presente trabalho: quais os principais elementos, dentre suas ideias educacionais, Rui Barbosa expressa para a Educação Profissional brasileira na virada do século XIX para o XX? O método histórico determina as regras do pensamento histórico como processo de pesquisa que o capacitam a respaldar cientificamente a historiografia. Dessa forma, o método histórico nos auxilia a fundamentar o processo cognitivo e reflexivo particular de maneira a torná-lo reconstituível e criticável.

Assim, na etapa da crítica, ao buscarmos analisar a qualidade da informação e das fontes para responder nosso questionamento estabelecemos como principais fontes do trabalho os *Pareceres* do polímata baiano nas suas obras completas (Barbosa, 1942; 1946); o discurso “*O Desenho e a Arte Industrial*” realizado por Rui Barbosa no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro no ano de 1882, bem como, em menor grau a obra traduzida pelo intelectual Rui Barbosa “*Primeiras Lições de Coisas – Manual de Ensino Elementar para o*



*Uso de Paes e Professores*”, de Norman Calkins, pois nesse trabalho de tradução aparecem indícios das influências de ideias traçadas pelo legislador.

Por fim, realizamos a interpretação delimitando contextos sociais e históricos importantes, relações interpessoais de Barbosa enquanto intelectual e seu lugar de fala, e fragmentos dos documentos que expressam com precisão as ideias centrais do gênio barbosiano sobre a nossa temática.

### **3. A Educação Profissional no Brasil no Período Imperial**

Com a proclamação da Independência, em 1822, o governo de D. Pedro I logo se viu obrigado a organizar a educação brasileira e, de modo mais amplo, realizar todo um ordenamento social para uma nação soberana favorecer ao seu povo condições de desenvolvimento. Assim, se instaura uma Assembleia Constituinte que elabora a primeira Carta Magna brasileira em 1824. No tocante a educação, esse documento determina a educação primária gratuita a todo cidadão, mas negligenciou a educação profissional no país. Segundo Fonseca (1961), a Constituição de 1824 trouxe um relativo retrocesso ao que o autor julgava serem as melhores ideias de D João VI no período colonial, quando este procurara possibilitar a aprendizagem de ofícios no Seminário São Joaquim e aos Aprendizes do Arsenal de Guerra para todos que desejassem.

O que ocorreu, no entanto, foi o retorno da mentalidade de uma educação industrial destinada aos desvalidos, pobres e humildes, visando sua subsistência e não um projeto de desenvolvimento de nação. De fato, a Constituinte foi criada já com o dever de criar estabelecimentos para a civilização dos índios e emancipação dos negros em sua educação religiosa e industrial. Logo, “nos primórdios de nossa independência continuava o espírito dos legisladores a destinar aos negros a educação industrial” (Fonseca, 1961, p. 126), mas que, diante da redação final da Carta Magna de 1824 se consolidou. Com efeito, o que ocorreu foi a abertura de uma lacuna no ensino profissional do país nascente, pois não se determinou nada para a constituição de uma educação para os ofícios e a forma existente e vigente até então – as Corporações de Ofícios – foram extintas. Fonseca (1961) apresenta como causa dessa ação o fato de que a própria proclamação da independência foi uma vitória dos liberais, com seus pensamentos oriundos da Revolução Francesa, que defendiam a liberdade profissional que era cerceada pelas Corporações de Ofício devido ao seu corporativismo e protecionismo.

Apesar de se tornar ensino público primário gratuito um dever do Estado, apenas com a Lei de 15 de Outubro de 1827, o Brasil Imperial começa a estruturar a educação de forma



particular e distinta do período antecedente. A lei de 15 de outubro de 1827 determinava a criação de escolas de primeiras letras e seu funcionamento; dava aos presidentes de província os parâmetros para a criação destas escolas; também orientava o modelo de ensino mútuo e determinava a criação de escolas femininas, onde se incutia a obrigatoriedade das artes de costura e bordados, que se por um lado visavam claramente preparar as moças para serem, aos olhos da sociedade, prendadas, também possibilitavam, compulsoriamente, a possibilidade de execução de ofícios. Quanto ao ensino masculino, a lei determinava estudos teóricos de geometria, mecânica, agrimensura, sob o epíteto de geometria prática, “mas sem indicação de aprendizagem prática nas oficinas” (Fonseca, 1961, p. 128).

Em 1830, o deputado baiano Antônio Ferreira França tentou aprovar um projeto que visava instituir “escolas de artes” – que seriam escolas profissionais – em todas as cidades com mais de 100 lares. Estudando concomitantemente nas escolas de Ensino Primário e nas escolas de artes, segundo o projeto, os alunos aprenderiam um ofício. Apesar do mérito de ser o primeiro projeto a desejar instituir o ensino profissional no país e buscar, em certo modo, superar a mentalidade de educação profissional apenas aos mais pobres e desvalidos, o projeto de França jamais foi aprovado no Congresso.

Em 1834, com o Ato Adicional, carregado de ideias descentralizadoras dos federalistas e correspondendo aos anseios regionalistas, “tornou-se difícil a implementação de uma política nacional de educação, uma vez que ao governo central só cabia o ensino superior.” (Rodrigues, 2002, p. 54).

A mentalidade que se constituiu após o Ato Adicional foi a do privilégio e ênfase dada ao ensino superior em detrimento dos demais, em particular do ensino profissional. Cursos estritamente profissionais, como medicina, direito ou engenharia, eram encarados como relevantes pela cultura geral que proporcionava (Rodrigues, 2002, p. 54). Assim, se consolidava ainda mais a ideia de uma educação profissional com perspectiva caritativa e não inserida em um projeto de nação e sociedade.

Continuava a pairar o conceito de serem as profissões liberais mais nobres e as atividades manuais destinadas àqueles que fossem menos dotados de inteligência e de fortuna e, em consequência, o ensino de ofícios a ser olhado com olhos de menosprezo. E sobre o país inteiro firmou-se principalmente o prestígio do bacharel. (Fonseca, 1961, p. 132).

Celso Suckow da Fonseca (1961) cita uma reação de resistência a essa mentalidade vigente a partir do projeto do vereador do Município Neutro da Corte, Manuel Araújo Porto

Alegre, que em 1852, buscava criar um estabelecimento de ensino profissional que isentava de restrições de classe social a quem desejasse frequentar. Contudo, tal projeto não fora aprovado.

Nos anos seguintes educação profissional no Brasil Império fora cada vez mais destinada aos pobres e desvalidos, afirma, ironicamente, Fonseca que o “ensino necessário à indústria tinha sido, inicialmente, destinado aos silvícolas, depois fôra aplicado aos escravos, em seguida aos órfãos e aos mendigos. Passaria, em breve, a atender, também, a outros desgraçados.” (Fonseca, 1961, p. 137). Mesmo com a Reforma Couto Ferraz, em 1854, onde se estabelecem organização da instrução pública primária e secundária, temos nos artigos 62 e 63, uma sistematização da educação aos necessitados por meio da profissionalização. Segundo o documento,

Art. 62. Se em qualquer dos distritos vagarem *menores de 12 anos em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa decente para frequentarem as escolas, vivão em mendicidade, o Governo os fará recolher a uma das casas de asilo que devem ser criadas para este fim com um Regulamento especial.* Enquanto não forem estabelecidas estas casas, os meninos poderão ser entregues aos párocos ou coadjutores, ou mesmo aos professores dos distritos, com os quais o Inspector Geral contratará, precedendo aprovação do Governo, o pagamento mensal da soma precisa para o suprimento dos mesmos meninos.

Art. 63. Os meninos, que estiverem nas circunstâncias dos Artigos antecedentes, depois de receberem a instrução do primeiro grau, *serão enviados para as companhias de aprendizes dos arsenais, ou de Imperiais Marinheiros, ou para as oficinas públicas ou particulares,* mediante um contrato, neste último caso, com os respectivos proprietários, e sempre debaixo da fiscalização do Juiz de Órfãos. Àqueles porém que se distinguirem, mostrando capacidade para estudos superiores, dar-se-á o destino que parecer mais apropriado a sua inteligência e aptidão. (Decreto nº 1.331a, 1854, *Grifo nosso*)

Portanto, os desfavorecidos de sorte e fortuna encontrariam, por força de lei, na educação profissional subsidiada ou oferecida pelo Estado, um modo sobreviver. Essa era a finalidade da educação profissional do Império.

Em 1879, já próximo ao final do período imperial, entra em vigor o decreto-lei nº 7.247, de 19 de abril, que reforma o Ensino Primário e Secundário, posteriormente chamada Reforma Leôncio de Carvalho. Nela, institui-se a prática de ofícios manuais e noções de lavoura e horticultura para os meninos, bem como, costura simples e trabalhos de agulha para as meninas, enquanto disciplinas do currículo. É também nessa reforma que conteúdos de Desenho surgem como parte da formação de Ensino Primário no país. Sob a nomenclatura de

*Elementos de Desenho Linear* no Ensino Primário e *Calligraphia e Desenho Linear* nas escolas normais, já percebemos que a ênfase dada ao ensino de Desenho era uma associação do desenho com a geometria e do desenho com a escrita.

Também o Decreto nº 7.247/1879 possibilitava ao governo

Criar ou auxiliar no município da Corte e nos mais importantes das províncias escolas profissionais, e escolas especiais e de aprendizado, destinadas, as primeiras a dar a instrução técnica que mais interesse às indústrias dominantes ou que convenha criar e desenvolver, e as segundas ao ensino prático das artes e ofícios de mais imediato proveito para a população e para o Estado, conforme as necessidades e condições das localidades. (Decreto nº 7.247, 1879)

Assim sendo, começava a vincular o ensino profissional às necessidades e interesses econômicos em vista do desenvolvimento local, bem como não faz referência aos deserdados da sorte como público-alvo deste ensino.

Entendemos que essa mudança de concepção advém de um contexto sociocultural mais amplo. Com efeito, a reforma Leôncio de Carvalho é de um período em que “em diversos setores, foram pensadas direções a serem seguidas com vistas ao desenvolvimento da sociedade brasileira, a educação foi percebida como um elemento importante para esse processo” (Melo & Machado, 2009, p. 294). Silva e Medeiros Neta (2019b, p. 112) destacam que “é nesse período que a ideia de modernização da sociedade cresce em expressividade e ocorre um movimento de incentivo à industrialização e urbanização. São enfatizadas ideias liberais e positivistas que influenciaram os debates educacionais.” Sendo a educação considerada imprescindível para o desenvolvimento e modernização, ela foi objeto de inúmeras propostas, que tratavam dentre outros pontos da gratuidade do ensino, obrigatoriedade da frequência, da educação popular e liberdade de ensino. Assim, a sociedade brasileira já não queria apenas uma consolidação, como após a Proclamação da Independência, mas deseja na verdade uma expansão/evolução em vista da melhoria das condições e qualidade de vida.

Nesse contexto entra em destaque a figura do intelectual e deputado baiano Rui Barbosa. Coube a ele, enquanto membro da Comissão de Instrução da Câmara, apreciar o decreto de Leôncio de Carvalho e ser relator de um parecer sobre o mesmo. Assim, vamos nos encaminhar a refletir sobre essa figura e seu legado no campo da educação profissional e do Desenho.

#### **4. Rui Barbosa: o Intelectual e seu lugar de fala**

Rui Barbosa de Oliveira nasceu em Salvador/BA, em 1849, sendo filho de Maria Adélia Barbosa de Oliveira e do médico e deputado provincial João José Barbosa de Oliveira, que durante anos foi também diretor de Instrução Pública da Bahia. Sempre foi um prodígio nos estudos, cursou o Ginásio Baiano dirigido por Abílio Cesar Borges e, inserido pelo pai nos estudos clássicos, aos 15 anos já havia terminado o curso de Humanidades e se preparava para estudar Direito.

Em 1866 iniciou o curso de Direito em Recife/PE, mas por suas ações na causa abolicionista acabou por terminar seu curso em São Paulo/SP no ano de 1870. Rui Barbosa tornou-se um verdadeiro polímata, tendo em sua atuação destaque como jurista, advogado, político, diplomata, escritor, jornalista e tradutor. Em 1872, começou a atuar enquanto advogado no escritório de Manuel Pinto de Souza Dantas e no jornal pertencente ao mesmo, o Diário da Bahia. Em 1873, Rui Barbosa assumiu a direção do jornal. Em 1877, estreou em sua carreira política como deputado da Assembleia Provincial da Bahia, defendendo eleições diretas, o federalismo, a liberdade religiosa e o abolicionismo. No ano seguinte foi eleito para a Assembleia da Corte.

Foi enquanto membro da Assembleia da Corte pelo Partido Liberal que Barbosa tornou-se membro da Comissão de Instrução Pública e foi escolhido como relator para analisar a Lei nº 7.247/1879 de Leôncio de Carvalho, ministro também pertencente ao Partido Liberal.

A ideia de inadmitir o decreto era politicamente inconcebível. Contudo, a Comissão apresentou – contrariamente a práxis legislativa em vigor – dois pareceres-projetos versando sobre a matéria. Machado e Schelbauer (2002, p. 100) defendem a importância histórica dos pareceres como documento historiográfico por “se caracterizarem como um importante diagnóstico da situação do ensino no país, bem como da proposição de inovações profissionais em consonância com as nações mais civilizadas”. Tais documentos demonstraram um grande avanço nas discussões sobre a instrução no Brasil, em especial a instrução primária, mas também legaram a Rui Barbosa “seu reconhecimento como um dos primeiros intelectuais brasileiros a ganhar notoriedade pela discussão aprofundada a respeito do ensino do Desenho.” (Guimarães & Valente, 2016, p. 107).

Analisando o lugar de fala de Barbosa, vemos que

Rui não figura como profissional do ensino. Salvo pequena participação que deu a um curso noturno para analfabetos, quando estudante em São Paulo, não exerceu o magistério; também não desempenhou cargos de administração, não foi inspetor de ensino ou diretor de escola. Seus escritos sobre educação, todos produzidos no limitado prazo de um lustro, precisamente o que mediou de 1881 a 1886, tiveram caráter episódico, decorreram da vida pública, foram aspectos da luta do doutrinador e reformador social” (Lourenço Filho, 2001, p. 35)

Ainda segundo Lourenço Filho (2001), foi o papel do pai enquanto educador e gestor que levou Barbosa a adentrar nos estudos e compreender a importância da educação, assumindo-a como um valor cultural e social. Dessa forma, enquanto intelectual que desejava favorecer a transformação social no Brasil, Rui Barbosa dispõem-se a estudar e buscar as ideias em circulação no mundo. As fontes que privilegiamos para a análise mostram isso claramente. Dessa forma, adaptando a concepção de rede de sociabilidade formada por círculos sociais, consideramos que, num primeiro momento, levado por suas funções públicas e pela influência paterna, Rui Barbosa construiu uma rede de sociabilidades das ideias, indo aos documentos e textos produzidos por autores do campo da Educação ao longo da história para apropriar-se e construir suas próprias concepções sobre a educação brasileira.

## **5. As Obras de Rui Barbosa sobre Educação Profissional**

Os escritos pedagógicos de Rui Barbosa foram elaborados em um recorte histórico bem determinado que se iniciou em 1881 e foi até 1886. (Lourenço Filho, 2001). Nesse período o autor escreveu seus Pareceres sobre a Reforma de Leôncio de Carvalho, tradução de textos de orientações didáticas, na qual incluem-se o livro de Calkins sobre Lições de Coisas, parte do relatório do Ministro do Império Rodolfo Dantas sobre questões de Instrução Pública no país, alguns discursos e artigos na Revista da Liga de Ensino.

Em 1882, além de publicar seus famosos pareceres, ainda compila a tradução da obra de Norman Allison Calkins, *Primeiras Lições de Coisas*, em apenas 2 meses. A obra é publicada apenas em 1886, mas com uma relevância ímpar para a Educação Brasileira em transformação no período final do Império. Segundo Gomes (2011), a publicação da tradução de Rui Barbosa tornou-se a mais eficaz estratégia para disseminação de método intuitivo no Brasil em contraposição ao método mútuo até então vigente. Com efeito, Rui Barbosa

adaptou à linguagem nacional as ideias de Calkins, objetivando difundir princípios do método intuitivo que acreditava como eficaz na formação integral dos indivíduos. Nos anos finais do Império, *Primeiras Lições de Coisas* consistiu num manual de ensino

elementar destinado ao uso de professores e pais na educação das crianças. Foi uma obra aprovada pelo Conselho Superior da Instrução Pública da Bahia e pelo Conselho Diretor da Corte adotada pelo Governo Imperial para ser útil aos educadores nas escolas primárias. (Melo & Machado, 2009, p. 300 – 301).

O método intuitivo “foi considerado o mais adequado às instruções das classes populares na segunda metade do século XIX, sendo, na realidade brasileira, propagado por muitos intelectuais, proprietários de escolar, diretores e *professores*, homens públicos, juristas e reformadores” (Melo & Machado, 2009, p. 300). Com efeito, a partir da segunda metade do século XIX, começaram discussões buscando um método de ensino mais efetivo para a formação da população brasileira. Influenciados pelas ideias internacionais supracitadas os intelectuais brasileiros saíram em defesa do método intuitivo, através de artigos em jornais e revistas, bem como em debates legislativos. Essa contribuição do livro *Primeiras Lições de Coisas*, para a educação brasileira em geral, também foi repercutida na Educação Profissional, apesar de que não era de forma explícita apresentado no texto as ideias de profissionalização.

Diferentemente, nos Pareceres ficou evidente as concepções barbosianas sobre a Educação Profissional. Com efeito, Barbosa afirmou

não quero provar demais, nem cair no erro doos advogados da educação exclusivamente prática, afirmando que a educação industrial seja tudo. O meu asserto está em que erramos desconhecendo-a, e erram ainda mais o que a olham como menos valiosa do que a educação clássica; o que digo, outrossim, vem a ser que, segundo a observação dos últimos cinquenta anos, dentre as duas, a educação técnica ou industrial, exercitada nos laboratórios, nas tendas, nas oficinas, nas fábricas, é a que mais frutificativamente influído tem para a felicidade humana. (Barbosa, 1942, p. 159 - 160) .

Fonseca (1961) destaca o papel de Rui Barbosa na construção de uma nova concepção acerca do ensino industrial no Brasil. Com efeito, vemos Barbosa estabelecendo uma filosofia para a Educação Profissional onde não mais se configurava como uma modalidade educacional de menor categoria, isto é, menos valorosa que a educação clássica que destinava aos cursos de bacharéis, engenheiros e médicos, nem destinada à função assistencialista para os mais pobres que não tinham condições de lograr êxito social e profissional, correndo risco de destinar-se à bandidagem. Ou seja, a Educação Profissional começa a ser apontada como necessária à nação e devida a tornar-se popular para o desenvolvimento do país.

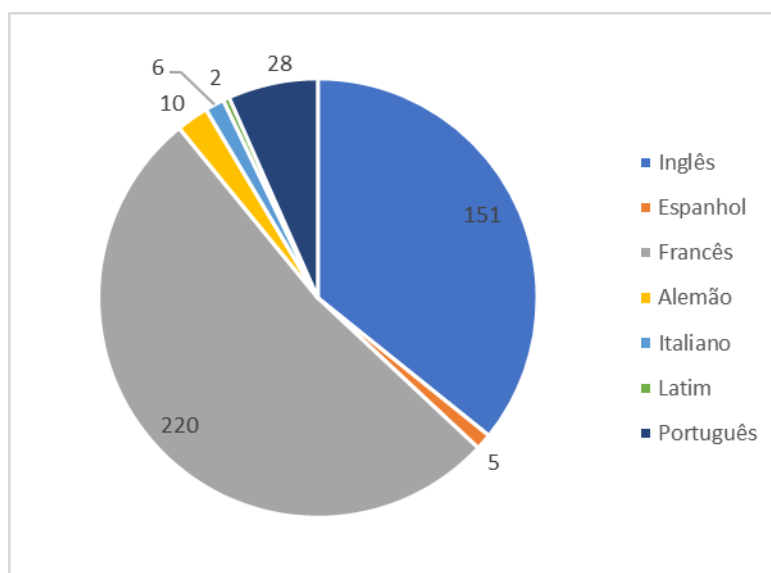
Enquanto parlamentar, Barbosa tinha acesso aos relatórios das Comissões designadas para Exposições Internacionais, que segundo ele próprio, são “os maiores fatos da vida intelectual e econômica das nações deste século” (Barbosa, 1846, p. 135), e embasados nos

dados destes relatórios construiu sua argumentação para os pareceres. Assim, Rui Barbosa registra em seus pareceres uma síntese das ideias que fluíam nos âmbitos nacional e internacional acerca da Educação de modo geral, da profissionalização e do papel a ser dado ao Desenho. Contudo a obra barbosiana,

não se apresenta somente como uma obra do gênio ruibarbosiano, tampouco como mera difusão de ideias estrangeiras, mas também como o produto de uma rede de indivíduos interconectados institucionalmente e no âmbito das ideias, por uma circulação de ideias exercidas nos e através dos países Ocidentais. (Souza, 2010, p. 97)

Com efeito, a circulação das ideias estrangeiras na obra de Barbosa (1946) fica evidente quando observamos a amplitude de trabalhos estrangeiros utilizados como referência. A partir de Lourenço Filho (2001) podemos perceber a magnitude do trabalho do intelectual em trazer o amplo material bibliográfico estrangeiro. Nos pareceres de Barbosa são citados cerca de 422 trabalhos estrangeiros relativos à educação, sendo 152 destes publicados entre 1880 e 1882, distribuídos por língua conforme o gráfico abaixo.

**Gráfico 1.** Distribuição dos trabalhos citados nos Pareceres-projeto de Reforma do Ensino de Rui Barbosa segundo língua publicada.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados disponíveis em Lourenço Filho (2001).

Assim, notamos o quanto o intelectual buscou apropriar-se das ideias em circulação internacionalmente para construir sua proposta sobre para a educação brasileira. Tudo isso, como já afirmamos em um curto período, pois Barbosa não era um estudioso da Educação



propriamente dito, mas lançou-se nessa empreitada devido às demandas de sua atuação política.

Em Barbosa (1942), temos a defesa da popularização da educação profissional, concretizada na proposta de estruturar o ensino secundário brasileiro em sete cursos (ciências e letras, industrial, relojoaria, instrumentos de precisão, comércio, finanças, agrimensor e diretor de obras agrícolas), assim, destaca Fonseca, “o ensino industrial aparecia [...] de mistura com o secundário, embora não trouxesse o acompanhamento indispensável da parte prática.” (Fonseca, 1961, p. 144).

Outro destaque para o pensamento de Rui Barbosa acerca da educação industrial expressa-se em sua luta para implantação da Escola Nacional Normal de Artes Aplicadas. Nessa instituição haveria cadeiras de Desenho Mecânico e Arquitetônico; Geometria e Perspectiva, Modelação, Pintura, Desenho de Ornato a mão livre, Desenho de figura humana, Anatomia e Desenho Anatômico; e Gravura e Fotografia. O encargo destas cadeiras seria dado a professores estrangeiros que formariam os mestres nacionais para o ensino e a difusão da Arte Aplicada à Indústria através do Desenho nas escolas brasileiras. Previa-se a formação de professores para as futuras classes de artes aplicadas (no Município Neutro) e Escolas de Artes Aplicadas a serem fundadas, conforme o Parecer, em todas as províncias. Essas escolas atenderiam a adultos, para ensinar-lhes desenho, mas “tudo subordinado aos fins de aplicação industrial” (Barbosa, 1946, p. 369).

Rui Barbosa considerava a Arte Aplicada o princípio básico de uma autêntica educação industrial e, assim, as escolas e classes a serem criadas deveriam funcionar “com aplicação especial [...] a indústria, ou indústrias predominantes nas províncias respectivas” (Barbosa, 1946, p. 369).

A Escola Nacional Normal de Arte Aplicada deveria ministrar disciplinas de desenho mecânico e arquitetônico, modelação, geometria e perspectiva, pintura, desenho de ornato à mão livre, desenho de figura humana, anatomia e desenho anatômico, desenho ornamental, gravura e fotografia. O parecer ainda previa que o quadro docente da instituição deveria vir de Londres ou de Viena, de preferência da South Kensington, que também fornecera para os Estados Unidos, a partir de 1870, quadro docente para aprimoramento do Ensino Industrial através do Desenho.

## 6. O Papel da Disciplina Desenho

Devemos compreender Rui Barbosa como um catalisador e estrategista difusor das ideias por ele apropriadas tanto através de seus estudos tanto quanto por meio de sua rede de sociabilidades. Com efeito, Rui Barbosa era membro signatário do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro<sup>5</sup> e nele insere-se em uma rede de sociabilidade em que se discutia a importância de uma educação profissional para o desenvolvimento da nação. No Liceu Rui Barbosa teve contato com outros agentes sociais que coadunavam com suas ideias sobre educação, educação profissional e o Desenho, tais como Bittencourt da Silva e Felix Ferreira.

Ao discutir a importância da disciplina Desenho em seus pareceres, Barbosa afirma que

o valor do desenho como instrumento educativo, como princípio fecundante do trabalho não tem cessado de crescer, assumindo as proporções, que hoje a civilização lhe reconhece, de uma das bases primordiais da cultura escolar e de um dos propulsores mais essenciais ao desenvolvimento econômico dos Estados. (Barbosa, 1942, p. 135).

Esse pensamento acerca da relevância do Desenho está no bojo das ideias educacionais de Rui Barbosa. De fato, já no ano anterior a produção dos pareceres Barbosa realizou um discurso no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro onde entende o ensino popular de desenho como “a grande preocupação dos nossos dias” (Barbosa, 1948, p. 243).

Ainda no parecer, acerca do ensino de Desenho, o autor discorre sobre a importância deste ensino para a indústria do país e para o seu crescimento econômico, demonstrando o quanto é superior o investimento em educação industrial em relação ao proteccionismo vigente à época para que a indústria nacional subsistisse diante das importações. Alegando que “o desenho é a base de toda a instrução industrial” (Barbosa, 1946, p. 156), o político baiano deixa evidente a relação que deseja registrar dentro de sua reforma de ensino entre o Desenho e a Educação Profissional.

Nos pareceres, o legislador baiano evidencia a relação entre trabalho, Desenho e desenvolvimento industrial da nação ao longo de toda sua argumentação em favor desta disciplina no ensino brasileiro. Ao longo de sua escrita, apontou os avanços das nações civilizadas e industriais que foram apresentados nas Exposições Internacionais e a relação

---

<sup>5</sup> Para maior aprofundamento sobre o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, ver: BIELINSKI, A. C. (2009) O Liceu de Artes e Ofícios - sua história de 1856 a 1906. *19&20*, Rio de Janeiro, RJ, 4 (1). Recuperado de: [http://www.dezenovevinte.net/ensino\\_artístico/liceu\\_alba.htm](http://www.dezenovevinte.net/ensino_artístico/liceu_alba.htm)

desses avanços com o ensino de Desenho nesses países. Ele considera o Desenho como fonte de transformações sociais, principalmente com a capacidade de desenvolvimento do Estado por meio da indústria.

Barbosa entende que o Desenho, no ensino, precede à escrita, pois é “um meio de fixação, representação e transmissão de ideias indispensável a todos os homens” (Barbosa, 1942, p. 135). Além disso, defende que o Ensino de Desenho devia ser universal e não restrito aos ricos e/ou ociosos, como um saber de luxo. Ao contrário, o saber do Desenho era relevante para os trabalhadores e educava a sociedade em geral. (Barbosa, 1942). Assim, Barbosa retomava ideias de Condorcet acerca da relação entre o Desenho e o trabalho. Com efeito, “Rui Barbosa caracterizou este saber como um saber diferencial responsável pela ‘construção’ de novos sujeitos, novos operários, e novos profissionais.” (Guimarães & Valente, 2016, p. 111).

Mas, qual o Desenho defendido por Rui Barbosa? O próprio Barbosa deixa claro a resposta, a partir das palavras do português Joaquim Vasconcellos,<sup>6</sup> que o ensino do desenho linear geométrico entregando as crianças a régua e o compasso é condenável. Ele, coerente com o método intuitivo, deixa claro sua opção pelo desenho a mão livre como forma introdutória do ensino de Desenho a ser praticado já nos jardins de infância. Depois sugere a introdução de instrumentos para aprimorar a técnica, sendo o principal deles a lousa quadriculada. Tudo isso paralelamente ao ensino segundo o método de Froebel e se utilizando dos instrumentos próprios desse método.

Para a escola primária o autor propõe uma síntese das propostas de ensino vigentes na Inglaterra, na Áustria e nos Estados Unidos. Contudo, ao observar que o método norte-americano era inspirado no Inglês e ainda não apresentava resultados definitivos, nítidos e seguros, o próprio autor apresenta sua opção de nortear-se pelos dois primeiros em detrimento deste último.

É importante ressaltar que, segundo o pensamento expresso por Barbosa, na escola média, o Desenho a ser ensinado já tem como base a Geometria, reforçando a interligação entre esses saberes matemáticos. Além disso, outro ponto importante no sistema austríaco é a

---

<sup>6</sup> Joaquim A. da F. de Vasconcelos (1849 – 1936) foi um historiador e crítico de arte português. Foi autor de Reforma do Ensino de Desenho (1880) em Portugal. Essa obra foi o parâmetro para a reforma lusitana acerca do ensino da disciplina e trazia em si informações sobre o ensino de Desenho em diversos países, como Inglaterra e Áustria. Segundo Souza (2010, p. 98) sua obra foi a principal referência de Rui Barbosa para o Ensino de Desenho nesses países.

ênfase ao material stigmográfico<sup>7</sup> que determina o nível de profundidade do estudo, que se inicia no papel quadriculado, segue ao pontilhado – em que cada vez mais diminui-se a quantidade de pontos – e culmina na mão livre, num processo inverso ao movimento apontado para o jardim de infância. Ritmados pelo material stigmográfico, o regime de ensino se iniciava com figuras aponteadas e depois segue para balizadas, passa para meia-figuras (onde o aluno completa a figura) e para as redes de linhas e redes de pontos.

Alicerçado nas ideias de Walter Smith<sup>8</sup>, Rui Barbosa deixa claro que não é necessário um professor especialista para o ensino de Desenho, mas sim que caberia ao mestre de primeiras letras a tarefa de ensino desta disciplina. Para tanto, a formação deste mestre deveria basear-se numa formação dos conteúdos do programa em um nível mais elevado que o padrão ensinado e, como já dito anteriormente, deveria se dar na escola normal e sob os parâmetros de que nessas instituições dever-se-iam ensinar conjuntamente os conteúdos e os métodos/técnicas de educar.

O arte-educador inglês Walter Smith utilizou o método stigmográfico nos Estados Unidos, dividindo-os no Ensino Primário, secundário e no terceiro grau, conforme recomenda Rui Barbosa em seu parecer. Walter Smith foi o grande defensor da educação popular do ensino de arte/desenho. Ao organizar o ensino de arte aplicada ao ensino profissional em Massachusetts (EUA) defendeu veementemente a necessidade do ensino de Desenho como preparação para o trabalho industrial. Rui Barbosa subscreve em seus pareceres um trecho do livro de Walter Smith para argumentar a maior importância que dava ao Desenho diante das outras disciplinas do currículo.

Ainda afirma Barbosa no seu discurso no Liceu de Artes e Ofícios:

---

<sup>7</sup> Foi um processo didático lançado em Munique (1803) e com grande difusão na Áustria após a publicação do Manual de ensino de Desenho de Josef Grandauer (1822 – 1897). Consistia na utilização de uma rede de traços perpendiculares entre si que dividiam o desenho a ser reproduzido pelo aluno em outra rede semelhante. Podemos dizer que é o antecessor do papel milimetrado. Em Portugal, o método é difundido pela obra de Joaquim Vasconcelos, Reforma do Ensino do Desenho (1879), citada por Rui Barbosa em seus pareceres. O manual Grandauer é composto por 12 fascículos com uma progressão gradual de conhecimentos de desenho. Barbosa cita esse livro em sua obra e recomenda o plano de ensino apresentado nela.

<sup>8</sup> Walter Smith (1836 – 1886) foi um arte-educador inglês convidado pelo governo norte-americano para organizar o ensino profissional no país. Foi autor do livro Art Education (1873) que é citado por Rui Barbosa em seus pareceres. Smith sempre defendeu a supremacia do Desenho diante das demais disciplinas, em especial no campo da Educação Profissional. Sua obra, suas concepções de organização escolar e seu método de ensino de desenho, além de influenciarem Rui Barbosa, também tiveram repercussão nos primeiros livros de Ensino de Desenho no Brasil, como Geometria Popular de Abílio César Pereira Borges (1882). Foi um grande difusor do método stigmográfico para o ensino de Desenho.

Que agente é esse, capaz de operar no mundo, sem a perda de uma gota de sangue, essas transformações incalculáveis, prosperar ou empobrecer Estados, vestir ou despir aos povos o manto da opulência comercial? *O desenho*, senhores, unicamente, essa modesta e amável disciplina, pacificadora, comunicativa e afetuosa entre todas: o desenho professado às crianças e aos adultos (Barbosa, 1948, p. 245)

Assim, torna-se evidente que a uma relação entre educação profissional e o ensino de Desenho constavam no pensamento barbosiano expresso na sua obra do período de produção e divulgação dos pareceres sobre a Reforma do Ensino. Com efeito, essa relação constituiu-se em basilar para o autor, de forma que o Desenho assume um papel central na formação para o trabalho segundo a representação apropriada e difundida pelo autor.

## 7. As Ideias de Rui Barbosa tomam forma

A representação barbosiana sobre a Educação Profissional e o papel do Desenho vinculando-o à finalidade de desenvolvimento da nação circulou por meio de suas obras, de revistas pedagógicas, de encontros sobre educação e debates legislativos. A partir da reforma Leoncio de Carvalho ela toma forma disciplinar no Ensino Primário, enquanto “um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar métodos e regras para abordar diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte.” (Chervel, 1990, p. 180).

O mesmo ocorre, no campo da educação profissional com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA), por meio do Decreto-Lei nº 7.566/1909, portanto no período republicano. Com efeito, Fonseca (1961) já destacava que foi no período republicano que, de fato, começou-se a ter avanços relevantes na constituição de uma educação industrial nacional. Afirma assim, que “a república, com seu espírito renovador, viria alterar profundamente aquele panorama, fazendo evoluir o conceito antidemocrático em que era tido o ensino de ofícios.” (Fonseca, 1961, p. 148)

Nas Escolas de Aprendizes e Artífices, por força de lei, eram oferecidos dois cursos: o Primário para aqueles que não soubessem ler, escrever e contar e o de Desenho para o exercício satisfatório do ofício que aprenderiam. No decreto de criação das instituições era evidente a ideia de formar cidadãos úteis à nação, que se concretizava na educação para o trabalho manual.

Sendo assim, “formar para o trabalho” era o mesmo que “adestrar, treinar para técnicas manuais” ou, quando muito, “mecânicas”. Não se tratava de uma formação que conjugasse teoria e prática. [...] Significa dizer que para a formação da mão-de-obra não existia a

necessidade de estudos com uma base teórico-científica já que a formação profissional existente era de nível primário. (Gomes, 2010, p. 77; grifo do autor).

As Escolas estariam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio o que indica sua ligação com o desenvolvimento econômico do país. Estabelecia assim outra ideia barbosiana, a saber, a atuação clara do Estado Brasileiro na formação de trabalhadores que formariam mão-de-obra para a indústria nacional.

Os alunos das EAAs faziam o curso primário, lecionado por normalistas, e o curso de Desenho, cujos professores eram especialistas, e nas oficinas realizavam trabalhos manuais, cujos artefatos produzidos podiam ser vendidos, mas alguns ficavam guardados para serem expostos nas solenes exposições em que se julgava o grau de adiantamento dos alunos e realizavam distribuições de prêmios aos mais avançados. O que se assemelhavam as Exposições Internacionais elogiadas por Rui Barbosa. Nesses eventos, se expunham a produção das oficinas junto aos Desenhos dos objetos produzidos, ainda enquanto projetos a serem construídos, demonstrando dessa forma que o aluno conseguia projetar, comunicando-se graficamente pelo desenho, e concretizar seus intentos com o artefato exposto.

Nas EAAs, os cursos, que duravam quatro anos, tinham desenho em todos os níveis. Quanto ao programa do curso de Desenho, as instruções referentes a esse decreto nº 7.763, de 23 de dezembro de 1909 descreve que

*o curso de desenho, que também funcionará das 5 horas da tarde às 8 horas da noite, compreenderá o ensino de desenho de memória, do natural, de composição decorativa, de formas geométricas e de máquinas e peças de construção, obedecendo aos métodos mais aperfeiçoados. (Decreto nº 7,763, 1909b, Grifo nosso).*

A lista apresentada acima se constituiu o único normativo oficial acerca do programa de Desenho até 1926. Observa-se que as ideias de Desenho a mão livre e natural defendidas por Barbosa constavam na lista; além disso, a perspectiva de progressivamente estar vinculando o ensino de Desenho à Geometria e a utilização de instrumentos de apoio ao Desenho também são contempladas a partir dos demais itens destacados no programa proposto.

## 8. Considerações Finais

Pelo exposto neste artigo, observamos que as ideias de Rui Barbosa contribuíram para a consolidação de uma Educação Profissional sistematicamente regulada pelo Estado em vista do seu desenvolvimento econômico e social. Destacamos a amplitude da influência das ideias em circulação internacional nas obras de Rui Barbosa. Dessa forma o compreendemos como um intelectual engajado na reforma social do país de diversos modos, mas particularmente através da Educação.

A estruturação de seus pensamentos sobre filosofia e política da educação profissional, bem como sobre a metodologia de ensino que se firma especialmente, na disciplina escolar Desenho, foram apropriadas pelo Estado ao tomar iniciativas de Educação Profissional na República nascente, principalmente na criação das Escolas de Aprendizes Artífices.

Assim, percebe-se que há uma consolidação das ideias barbosianas se transformando, na forma da lei, em práticas a serem realizadas nas instituições educativas profissionalizantes. Portanto, vemos que a Educação Profissional no Brasil traz em sua nascente a influência das ideias de Rui Barbosa, principalmente no tocante ao papel e ensino de Desenho.

## Referências

Barbosa, R. (1942) Reforma do Ensino Secundário e Superior. In: BARBOSA, R. *Obras Completas de Rui Barbosa*. 9, Tomo 1. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde.

Barbosa, R. (1946) Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública. In: Barbosa, R. *Obras Completas de Rui Barbosa*. 10(2). Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde.

Barbosa, R. (1948) O desenho e a arte industrial. In: Barbosa, R., & Vieira, J. *Discursos e trabalhos parlamentares: centenário do Marques de Pombal: o desenho e a arte industrial*, 9(2). 237 – 266. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde.

Bobbio, N. (1997). *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo, SP: Editora Unesp.



Chervel, A. (1990). História das Disciplinas Escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2, 177 – 229.

Correa, R. A. (2017) Os intelectuais e a escrita da história – As contribuições metodológicas de Jean-François Sirinelli. *Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína*, 8 (2), 265-278.

*Decreto nº 1.331a de 17 de fevereiro de 1854.* Recuperado de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>.

*Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879. Reforma do Ensino Primário e Secundário no município da Corte e superior em todo o Império.* Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104669>.

*Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário gratuito.* Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>.

*Decreto nº 7.763 de 23 de dezembro de 1909. Altera os decretos 7.566 e 7.649, de 28 de setembro e 11 de novembro últimos, referentes a criação de escolas de aprendizes artífices nas capitais dos estados e a nomeação de professores para os respectivos cursos noturnos – primário e desenho.* Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7649-11-novembro-1909-525418-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Fonseca, C. S. da. (1961). *História do Ensino Industrial no Brasil*. V. 1. Rio de Janeiro, RJ: ETN.

Gomes, L. C. G. (2010) As Escolas de Aprendizes Artífices e o Ensino Profissional na Velha República. *Vértices*. 5 (3), 53 – 80.

Gomes, M. L. M. (2011) Lições de coisas: apontamentos acerca da geometria no manual de Norman Allison Calkins (Brasil, final do século XIX e início do XX). *Revista brasileira de História da Educação*, 11, 2 (26), 53-80.

Guimarães, M. D., & Valente, W. R. (2016) Entre o Parecer de Rui Barbosa e as revistas pedagógicas cariocas e paulistas (1891 – 1920): um modelo comum para o ensino de Desenho? *Revista Brasileira de História da Educação Matemática*, 2 (2), 106 – 121.

Lourenço Filho, M. B. (2001) *A Pedagogia de Rui Barbosa*. Org.: Ruy Lourenço Filho. (4a ed.), Brasília, DF: INEP.

Julia, D. (2002). Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: Lopes, A. C.; & Macedo, E. *Disciplinas e integração curricular: História e Políticas*. 37 – 71. Rio de Janeiro, RJ: DP&A.

Machado, M. C. G., & Schelbauer, A. R. (2002) A Escola Normal no século XIX: as contribuições de Rui Barbosa para a educação pública e a formação de professores. *Série- Estudos- Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, 14, 99 – 107.

Medeiros Neta, O. M. de. (2016) A configuração do campo educação Profissional no Brasil. *Holos*, 6, 50 – 55.

Melo, C. S., & Machado, M. C. G. (2009) Notas para a História da Educação: Considerações acerca do Decreto nº 7.247, de 19 de Abril de 1879, de autoria de Carlos Leônicio de Carvalho. *Revista HISTEDBR Online*. Campinas, SP. 34. 294 – 305.

Morais, I. C. S. (2018) The representations of public teaching in the article “Rudimentary schools” of Manoel Dantas. *Research, Society and Development*, 7(11), 1 – 14.

Rodrigues, J. (2002) Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. *Revista Brasileira de História da Educação*, 2, 2(4), 47-74.

Rüsen, J. (2015) *Teoria da História: uma teoria da História como ciência*. Trad.: Estevão C. de Resende Martins. Curitiba, PR: Editora da UFPR.

Silva, J. C. C., & Medeiros Neta, O. M. de. (2019a) História do ensino industrial no Brasil: uma análise historiográfica da obra de Celso Suckow da Fonseca. *Revista Brasileira de História da Educação*, 19, 1 – 24.

Silva, J. C. C., & Medeiros Neta, O. M. de. (2019b) O Ensino de Desenho no Brasil Império (1879-1889). *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, 1 (3), 102 -119.

Souza, F. F. de. (2010). O Ensino de Desenho no Século XIX: Rui Barbosa e a Tradução Cultural de Joaquim Vasconcelos. *19&20*. Rio de Janeiro, 5 (4), Out/Dez.

Sirinelli, J. (2003). Os intelectuais. In: R. Rémond, *Por uma história política*. 231 – 269. (2a ed.), Rio de Janeiro: Editora FGV.

Vieira, C. E. (2015) Intelectuais e Educação. *Pensar a Educação em Revista*, 1, 3-21. Recuperado de: [http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2017/04/vol\\_1\\_no\\_1\\_Carlos\\_Eduardo\\_Vieira.pdf](http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2017/04/vol_1_no_1_Carlos_Eduardo_Vieira.pdf)

Vieira, A. C. de O., Costa, A. M. F. da, & Medeiros Neta, O. M. de. (2018). The primary teaching on Rio Grande do Norte: reflections from the works of Maria Marta de Araújo and Nestor dos Santos Lima. *Research, Society and Development*, 7(9), 1 – 20.

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Juan Carlo da Cruz Silva – 33.33%

Nara Lidiana Silva Dias Carlos – 33.33%

Olivia Morais de Medeiros Neta – 33.33%